

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E SUAS INTERFACES: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PLANTÃO PSICOLÓGICO JUNTO A DELEGACIA DA MULHER

SANTANA, Annie Larissa.¹
SCHAEFER, Ketlen Aline.²
SILVA, Diocleide.³

RESUMO

Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre o Estágio Institucional desenvolvido na Delegacia da Mulher (DM). O objetivo central deste trabalho foi de oferecer Escuta Qualificada para mulheres vítimas de violência, tendo como base a técnica do Plantão Psicológico, que ocorre de forma individual, orientado pela escuta qualificada, a fim de proporcionar a essas mulheres o acolhimento de seu sofrimento, amenizando sua angústia, fazendo com que possa reconhecer a violência como tal, e assim despertar nessas mulheres um olhar para si própria, auxiliando-as a compreender seus recursos e limites, desenvolvendo o empoderamento, o enfrentando e rompendo a relação de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica, Gênero, Empoderamento, Plantão Psicológico.

1. INTRODUÇÃO

A violência de gênero é algo histórico e recorrente em nossa sociedade. A naturalização da cultura da violência acentua a cronificação deste fenômeno e sua ocorrência. Apesar de alguns avanços e conquistas legais que inibem e criminalizam a violência, os números de casos e os danos que estes causam têm sido crescentes. Sabemos que boa parte dos avanços têm sido inócuas em proporção aos altos índices de violência e a crueldade com que mulheres continuam a ser violadas e violentadas em sua condição de igualdade.

A conquista das medidas legais de repressão à violência contra essas mulheres trazida pela lei Maria da Penha, as delegacias especializadas nos crimes contra mulheres não tem conseguido frear este fenômeno tão crescente, visto que ainda são escassas as ações de políticas públicas protetivas e uma rede de atendimento sócio-familiar adequada que conscientize, proteja e ampare todos os atores envolvidos no fenômeno da violência, aí estamos falando de homens, mulheres, crianças e idosos, a todos aqueles que de forma ativa ou passiva sofrem com as consequências da ordem da violência doméstica.

¹Estagiária do 10º Período do curso de Psicologia do Centro Universitário FAG. E-mail: psicoanniel@gmail.com

²Estagiária do 10º Período do curso de Psicologia do Centro Universitário FAG. E-mail: ketlen.psyco@gmail.com

³Orientadora, Psicóloga. Mestre em Psicologia Social. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAG. E-mail: diocleidepsi@gmail.com



Por entender que ainda há muito a ser feito, em especial pela psicologia, o presente artigo contempla um relato de experiência, na perspectiva de promover o reconhecimento da violência sofrida por mulheres que procuram os serviços públicos, da Delegacia da Mulher (DM) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Município de Cascavel/PR, visando o reconhecimento da violência vivenciada por ela, a possibilidade de transformação social, mas antes desta, uma transformação pessoal.

O atendimento realizado é pautado no modelo de intervenção do Plantão Psicológico, que se faz possível através de uma Escuta Qualificada, a qual promove ouvir além do que o paciente está dizendo, por meio desta, podemos acolher o sujeito que chega em sofrimento, e então utilizar desta escuta para produzir uma ressignificação do seu sofrimento.

A proposta junto a esse campo de estágio é alcançar essas mulheres em estado de vulnerabilidade, instigando-as para que identifiquem a violência, e seu ciclo, como ela é vivenciada, e assim despertar nessas mulheres um olhar para si própria, tornando o empoderamento feminino possível. A intervenção é pautada no Plantão Psicológico que acolhe o sujeito no momento de sua necessidade, auxilia a lidar com seus recursos e limites (CHAVER e HENRIQUE, 2008).

Henriques e Chaves (2008) sugerem que na perspectiva desse modelo é preciso impor a necessidade de abandonar certas concepções tradicionais da clínica, instaurando propostas como a de Plantão Psicológico para contemplar as emergências trazidas aos serviços de Psicologia, pois esta prática favorece a instrumentalização da mulher para encarar a violência assegurando os próprios direitos. Caso seja necessário, são agendados retornos para que assim possa ser acolhido e elaborados o sofrimento a qual esta esteja vivenciando.

2. O FENÔMENO VIOLÊNCIA E SUAS INTERFACES

Ao longo da história da humanidade a violência se faz presente. No presente, violência significa empregar a força física, intimidar, subjugar, constranger, coagir, violar os direitos, obrigar alguém a abrir mão dos seus desejos, além de ofender a integridade física, sexual e psicológica (BIELLA, 2005).

É incontável que a violência se faz presente em vários grupos sociais sendo multifacetada. Entretanto, alguns tipos de violência se delineiam com maior frequência no universo da mulher, nas esferas em que participa: casa, trabalho, espaços do corpo (PEREIRA, TONETTO,

2016). Nesse aspecto que procuramos trabalhar a demanda que mais surge nas delegacias Especializada de Atendimento à Mulher – (DEAM), a violência doméstica, que evoca sentimentos de vergonha, humilhação, medos.

A violência pode estar relacionada à pessoa humana de várias formas ou até mesmo afetar seu patrimônio. No entanto, nosso foco de atenção é a mulher, a qual ao longo da história da humanidade sempre esteve subordinada, contribuindo negativamente para uma cultura que estabeleceu papéis sociais às mulheres e aos homens, e assim ratificando a inferioridade da mulher e a violência contra a mesma, logo, estando subjugada não podia revelar seu sofrimento pois não havia adesão (BIELLA, 2005).

Desse modo, como versa a autora supracitada, os papéis foram sendo culturalmente caracterizados, conferindo ao homem a força, o poder, dominação e à mulher restou a subjugação, a obediência, a opressão, o confinamento, o que traduz a base da violência sofrida pelas mulheres. Pode-se então dizer que o enfrentamento da violência, deve ser contextualizado de várias maneiras, tanto na visão individual, quanto na familiar para assim provocar um movimento de mudança social.

No que se refere à visão da subjetividade do indivíduo em situação de violência, Pereira e Tonetto (2016) dizem que, as formas de violência promovem consequências graves para a mulher. Independentemente do tipo, percebemos comumente a “baixa autoestima, depressão, tentativas de suicídio, gravidez indesejada, doenças decorrentes da violência sexual e doenças desencadeadas através da violência física e psicológica.”.

O propósito das intervenções da Psicologia junto às mulheres é provocá-las a identificar as situações de violência, e quando indagado o conceito e a dimensão da violência, realçar que ela pode ocorrer de várias formas, podendo aparecer dissimulada no âmbito familiar e social, vedando a própria vítima que não perceber que a violência está ocorrendo. Conforme o Ministério da Saúde, a violência doméstica pode ser propagada em cinco tipos: Violência física, violência sexual, negligência e violência psicológica, e violência patrimonial (PEREIRA e TONETTO, 2016).

Segundo as Referências Técnicas para a atuação de Psicólogos (as), em Programas de Atenção à Mulher em situação de violência, (2013). A Violência sexual se caracteriza por práticas sexuais sem a anuência das mulheres, provocadas pelo uso de força, até intimidações, outra forma de violência que ocorre de maneira significativa, é a Violência Psicológica, que se mostra por ações ou tentativas de controle, por meio de manipulação, ameaças, isolamento social e até mesmo familiar, agressões verbais, e demais ações que interfiram no livre arbítrio da mulher. Também tem

a Violência Moral, que se mostra através de condutas, como, a calúnia, a injúria ou calúnia contra a reputação da mulher. Já Violência Patrimonial, dizem respeito a Prejuízos materiais, como, a subtração ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores da mulher. Assim como a Violência Física que é identificada pelo uso de força, a fim de provocar lesões corporais decorrentes a ações que coloquem em vulnerabilidade à integridade física da mulher, como: lesões, fraturas, hematomas, queimaduras, cortes, contusões, deficiências físicas e até mesmo a morte (BIELLA, 2005).

Nota-se que a violência doméstica opera como um sistema circular. De acordo com o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional (2003), este ciclo é caracterizado por três momentos distintos: fase de tensão, evidenciada por insultos, humilhações e provocações correspondentes; o episódio agudo de violência, determinado por diferentes tipos de agressões; e a fase de lua-de-mel, na qual o casal realiza promessas, havendo uma idealização do parceiro, de forma a negar a vivência da violência.

Para refletirmos sobre a gravidade do fenômeno da violência contra mulher, o site das Organizações das Nações Unidas, - ONU (2015), traz o ranking mundial de homicídios de mulheres, e o Brasil tem a 5ª maior taxa, a cada duas horas uma mulher é assassinada, destes a maioria é morta por pessoas muito próximas, como parentes, maridos, namorados, e ex-companheiros, ou homens que foram rejeitados por elas. E a cada dois minutos, cinco mulheres são violentamente agredidas.

É importante destacar que no Brasil, no ano de 2006, há onze anos, era sancionada a Lei 11.340, conhecida por muitos, como Lei Maria da Penha, o rigor das punições para esse tipo de crime, que inaugurou um sistema de combate e criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar, nos termos do art. 226 da constituição federal. Vendo todo este cenário, é de suma importância que as políticas públicas estejam engajadas nesta problemática.

2.1 O EMPODERAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Biella (2005) parte da perspectiva que as mulheres são submetidas a violência e não vítimas passivas ou coniventes com a violência a elas cometidas por seus companheiros, pois a mulher é um sujeito que se integra nas relações de poder, assim não deve ser considerada vítima.



Nesse sentido é necessário pensar em Políticas Públicas que promover o empoderamento das mulheres.

O conceito de empoderamento surge no seio das lutas sociais e significa “fazer poderoso” um sujeito ou grupo, para que consigam ser emancipados, e assim, possam enfrentar suas próprias batalhas. Quando o sujeito não acredita em si mesmo ou na possibilidade de mudança, ele aceita sua condição. Empoderar remete a mudar o pensamento, fazer o sujeito olhar para si mesmo e sentir que pode transformar seu destino e sua condição atual (PEREIRA e TONETTO, 2016).

Sardenberg (2006) concebe esse conceito como um “processo e não um produto”, pois não há um estágio de empoderamento absoluto. Como também, não é possível empoderar o outro, pois empoderar consiste um processo de empoderar a si mesmo, de construir sua própria autonomia, ser capaz de tomar decisões importantes a ponto de tomar controle de sua própria vida, é desenvolver o poder sobre si mesmo. Eis aí o encontro da mulher e o meio, em que o que ela diz é valorizado e então ressignificado.

O empoderamento, além de servir para uma transformação social e política, pode representar um rompimento ao modelo de relações “familiares patriarcais,” alterando o posicionamento tradicional dos homens em relação às mulheres, possibilitando que cada mulher em situação de violência reveja sua condição e não a aceita calada (PEREIRA e TONETTO, 2016).

Costa (2000) propõe uma teoria que dispõe de elementos para o processo de empoderamento. Primeiramente é necessária a compreensão da própria mulher com sua situação, inclusive o entendimento de que certas escolhas e posicionamento podem contrariar a estrutura, a cultura e a ideologia na qual estão inseridas, esse é considerado o Componente Cognitivo. O Componente psicológico; inclui a ideia da própria mulher em desejar mudar sua posição dentro da sociedade, aumentando sua estima e sua confiança. O Componente político age habilitando modificar certos fatos e acontecimentos sociais através de “políticas combatentes.” Por fim o componente econômico o qual auxilia as mulheres no fortalecimento do seu psicológico, através da sua independência financeira.

De acordo com Lisboa (2008) o empoderamento é forma de poder que enaltece e afirma a mulher a onde ela se faz presente. Este se mostra como uma pré-condição para se atingir a igualdade entre homens e mulheres, desconstruindo a ideia de submissão entre gêneros, que necessita de transformações de estruturas sociais.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDEM A MULHER

O olhar a violência deve estar em todos os serviços que atendem às mulheres, com uma ação integrada, que visa proporcionar segurança e acolhimento, por exemplo, as ações de saúde, que visa promover saúde através do tratamento e da prevenção, outra ação importante é a assistência jurídica, para tratar de questões que envolvem separações, orientação acerca de bens e direitos, ou que configuram crime, caso seja, será necessária uma assistência policial, através de denúncias, registro de queixa, ou proteção em situação de risco, também há a possibilidade de acolhimento por meio do abrigo, e também a assistência social, por meio de orientação e contribuição para o enfrentamento da violência, e a ação psicossocial, que atua na elaboração da situação familiar, e amenizar os efeitos da violência. (HANADA *et al*, 2010).

Estes serviços citados devem funcionar como uma rede de atendimento de forma que o enfrentamento à violência seja eficaz, tendo cada um dele sua especificidade. Segundo a Secretaria de Segurança do estado do Paraná a delegacia da mulher é uma delegacia especializada no atendimento a mulheres e a da família, na página oficial da Polícia Civil do Paraná podemos encontrar algumas atribuições destinadas a este serviço público:

Assegurar tranquilidade à população feminina vítima de violência, através das atividades de investigação, prevenção e repressão dos delitos praticados contra a mulher; além de auxiliar as mulheres agredidas, seus autores e familiares a encontrarem o caminho da não violência, através de trabalho preventivo, educativo e curativo efetuado pelos setores jurídico e psicossocial. (PARANÁ, S/D).

A Delegacia da Mulher - DM do Município de Cascavel/PR atende em média 160 casos ao mês, destes em maior índice, são registrados os casos de ameaça, depois de lesão corporal, e ainda caso que tem mais de um delito que pode envolver ameaça e injúria, ou lesão corporal, as que são menos registradas são estupro e assédio. Em levantamento requerido pela promotora foram registrados do dia 26 de outubro até dia 15 de maio deste ano 850 ocorrências (dados coletados na DM).

As mulheres também são atendidas pela política de Assistência Social do Município, previsto pelo Ministério do Desenvolvimento Social prevê que o município deve atuar em três níveis de Proteção Social de alta complexidade, que para as mulheres em situação de atendimento emergencial, 24 horas por dia, tem a instituição de acolhimento oferece proteção e acolhimento às



mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acompanhadas ou não de seus filhos e dependentes.

Já os Centros de Referência Especializada de Assistência Social os CREAS é um serviço da política de Assistência Social de Média complexidade, onde é oferecido segundo a política nacional de assistência social um atendimento a indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, em um espaço de acolhimento, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, e assim superar a situação apresentada.

2.3 O MODELO DE ATENDIMENTO DO PLANTÃO PSICOLÓGICO

Atualmente, o enfrentamento à violência contra as mulheres é uma das grandes preocupações das políticas públicas e as práticas do psicólogo tem uma forte influência nesta atuação.

Sobre a formação do Plantão Psicológico e o que ela pode contribuir nesse processo de empoderamento o Plantão Psicológico é considerado uma metodologia importante para a intervenção com esse público que se encontra em situação de violência, seja pelos danos, ou pelo impacto de curto ou longo prazo, fisicamente ou psicologicamente.

A intervenção pautada no Plantão Psicológico que acolhe o sujeito no momento de sua necessidade auxilia a lidar com seus recursos e limites (Chaves e Henrique, 2008). A mediação deve ser acolhedora a fim de compreender o sofrimento que o sujeito traz consigo no momento em que acessa ao nosso atendimento. Para Mahfoud, (1987) o plantonista se coloca disponível a amparar a experiência do sujeito em específica situação, contrariamente ao enfoque do problema.

Para tal o profissional deve ser acessível da ordem afetivo e temporal para acolher o outro a partir da escuta qualificada sendo solicitado junto ao sujeito que procura auxílio. No encontro advindo da necessidade do sujeito e pela disponibilidade do profissional. O cerne desse atendimento está no “aqui-agora”, assim, procura-se ouvir o problema e desvelar intervenções. Preserva-se o compromisso com a situação de crise, na qual, o que vem afetado pelo sofrimento, está mobilizado para aquilo que está imerso e é urgente (FARINHA e SOUZA, 2016).

A relevância da escuta profissional configura-se pela postura íntegra de respeito e pela receptividade face à situação emergencial, as experiências do sujeito atendido além do contexto sociocultural em que está posto. Desse modo, a escuta não diz sobre a postura passiva do psicólogo;



mas é através do diálogo que novas acepções podem ser criadas, pois o psicólogo é livre para fazer questionamentos e apontamentos (FARINHA e SOUZA, 2016).

Conforme Doescher e Henriques (2012, p. 718) no contexto dessa modalidade de atendimento psicológico:

[...] o encontro com aquele que na sua urgência nos procura é também um momento do cuidar, isto é, de se ocupar com a pessoa que nos procura – dirigirmos nossa escuta e atenção a ela; de nos “pré-ocuparmos” com esta, tendo legítimo interesse pelo que nos traz; de nos envolvermos afetivamente de modo empático, e estas características possibilitam que este momento, que pode ser único, possa ecoar, ter significações à pessoa que o procurou, bem como para aquele que a atende. Portanto, o cuidado, o zelo, a atenção, a “pré-ocupação” com o outro são condições fundamentais para o seu acontecer.

Henriques e Chaves (2008) sugerem que na perspectiva desse modelo é preciso impor a necessidade de abandonar certas concepções tradicionais da clínica, instaurando propostas como a de Plantão Psicológico para contemplar as emergências trazidas aos serviços de Psicologia. Pois esta prática favorece a instrumentalização da mulher para encarar a violência assegurando os próprios direitos.

3. METODOLOGIA QUE NORTEOU AS PRÁTICAS

A partir do estágio supervisionado de práticas institucionais, o qual é cumprido como requisito obrigatório para a obtenção do Bacharel em Psicologia, pela Instituição de Ensino Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz- FAG. A prática deste projeto tem como cenário a Delegacia da Mulher da cidade de Cascavel - Paraná. Os atendimentos são realizados nas Segundas-Feiras período integral, e nas Terças-Feiras no período vespertino, entre os meses de fevereiro à dezembro de 2017. Os Trabalhos são realizados no NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente vítima de crimes, próximo à delegacia da mulher.

A porta de entrada para o atendimento psicológico no primeiro momento é a DM, aonde as mulheres que vão até a delegacia para registrar o boletim de ocorrência são convidadas ao serviço de Escuta Qualificada ofertada pelas estagiárias através do Plantão Psicológico. Outra forma de encaminhamento ocorre por meio da Unidade do CREAS III, cujo, serviço trabalha com a Proteção e Atendimento Especializado de Famílias e Indivíduos em situação de violência, além das



atividades já prestadas por este serviço, essa articulação é oferecida especificamente para as mulheres que necessitam de acompanhamento psicológico.

Frente ao problema da violência contra a mulher, seja pelos danos, ou pelo impacto de curto ou longo prazo, fisicamente ou psicologicamente. O Plantão Psicológico é considerado uma metodologia importante para a intervenção com esse público que se encontra em situação de violência. O plantonista se coloca disponível a amparar a experiência do sujeito em específica situação, contrariamente ao enfoque do problema (MAHFOUD, 1987). Esta mediação acolhe o sujeito no momento de sua necessidade, auxiliando a lidar com seus recursos e limites (CHAVER e HENRIQUE, 2008).

Nosso objetivo com esse campo de estágio é alcançar essas mulheres em estado de vulnerabilidade, num primeiro momento é necessário acolhê-la de modo que seu sofrimento seja ressignificado sob as interfaces da violência, promovendo assim o empoderamento. Os atendimentos ocorrem em sessões individuais, com duração de cinquenta minutos, totalizando sessenta e oito atendimentos até o momento. Muitas mulheres relataram ao final dos atendimentos que se sentiam “aliviada” por terem um espaço que possibilita compartilhar suas angústias, num movimento de catarse, assim a partir da escuta qualificada oferecendo um novo sentido para suas implicações e atravessamentos de sua relação com o outro e consigo mesma.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas práticas realizadas, percebemos que a violência está naturalizada nas inter-relações. Estas consequências são perceptíveis nos atendimentos que realizamos, onde as mulheres chegam tomada por esses sentimentos de menos valia. Assim, é fundamental olhar para esse fenômeno, a fim de reconhecê-lo como uma forma de assujeitamento e privação dos direitos, o qual exige a mulher da sua condição de sujeito.

Concernente a isto, é necessário pensar em estratégias em maior esfera para que haja o rompimento desses paradigmas. O ponto de partida é justamente as Políticas Públicas que dispõe de maior arcabouço para alcançar o referido público. Entretanto a Delegacia da Mulher também é um espaço onde as mulheres buscam por auxílio jurídico, e é nessa lacuna que o Psicólogo irá fazer sua escuta e acolhida, garantindo um atendimento mais humano, favorecendo a instrumentalização e o empoderamento dessa mulher.

Podemos dizer que atualmente, há um movimento mútuo de diversos profissionais que atuam através das políticas públicas, e a problemática do enfrentamento à violência contra as mulheres é uma das grandes preocupações da defesa e dos direitos da mulher, e a atuação do psicólogo tem uma forte influência no combate às diversas violências.

Foi possível notar que a violência é um fato que muitas vezes se faz parte da história dessas mulheres, ocorrendo desde a infância, ou por parte de familiares próximos, e, sobretudo por alguém do sexo masculino, e, posteriormente sendo por parte do companheiro. Pensando nesta lógica, surgiu à ideia de abrir um novo campo de estágio, que trabalhe com o homem, no caso, o agressor, entendemos que este homem, poderá entrar em outro relacionamento, e ele então pode acabar repetindo esse comportamento sintomático, e vitimar outra mulher, então a oferta de apoio se estendeu também “ao outro lado da moeda”.

Acreditamos que o atendimento humanizado, a escuta qualificada e o acolhimento, exigem dos profissionais uma sensibilidade e alteridade às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, e para garantir que as mulheres não sejam revitimizadas, promovendo assim a superação da situação de violência, por meio desta rede de atendimento, e os mecanismos legais que norteiam o atendimento prestado.

REFERÊNCIAS

BIELLA, L, J. **Mulheres em situação de violência - Políticas Públicas, Processo de Empoderamento e a Intervenção do Assistente Social.** SC 2005.

COSTA, A, A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** IN: **Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gaião.** 16 a 18 de fevereiro de 2000.

DOESCHER, L, M, A; HENRIQUES, M, W. **Plantão Psicológico: Um encontro com o outro na urgência.** Psicologia em Estudo. Maringá, v. 17, n. 4 p 2012.

FARINHA, G, M; SOUZA, C, M, T. **Plantão Psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento.** Revista da SPAGESP, São Paulo 2016.

HENRIQUES, M, W; CHAVES, B, P. **Plantão Psicológico: De frente com o inesperado.** Argum, 2008.

LISBOA, T, K; PINHEIRO, E, A. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher.** In: Revista Katálisis, Florianópolis, v. 8, n.2, 2005.

MAHFOUD, M. **A vivência de um desafio: Plantão psicológico.** São Paulo: E.P.U 1987.

PEREIRA, P, D; TONETTO, S, A. **O empoderamento da mulher como elemento de prevenção e combate à violência doméstica.** ISSN 2316-3682, 2016.

Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programa de Atenção à Mulher em Situação de Violência. CREPOP, CFP. Brasília, 2013.

SARDENBERG, C, M.B. **Conceituando empoderamento na perspectiva feminista.** Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

OLIVEIRA, I, T. **Psicoterapia psicodinâmica breve: dos precursores aos modelos atuais.** Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo - SP, 1999.

GILLIÉRON, E. **As psicoterapias breves.** ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro- RJ, 1986.

PARANÁ, Policia **Civil- Delegacia da Mulher** (2017). Disponível em: <http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9> Acesso em 13/06/2017

BRASIL, **Ministério do desenvolvimento Social.** (2017). Disponível em: <http://mds.gov.br/> Acesso em 13/06/2017

CASCAVEL. **Secretaria de Assistência Social.** (2017). Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/> Acesso em 13/06/2017.

ONU. **Mapa da Violência.** (Org.) Organização Mundial da Saúde, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-busca-solucao/> Acesso em 06/06/2017.